

**Mulheres, *Mulherio* e família:
críticas, direitos e novas perspectivas no Brasil dos anos 1980**

Viviane Gonçalves Freitas

vivianegoncalves.unb@gmail.com

Universidade de Brasília (IPOL/UnB)

Área Temática: Participación, representación y actores sociales

**Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de
Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política
(ALACIP).**

**Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima
22 al 24 de julio de 2015**

Resumo

Este artigo discute a imprensa feminista das décadas de 1970 e 1980, a partir de sua abordagem sobre questões relacionadas à família e ao cuidado. No contexto de grande efervescência dos movimentos sociais, neste período, os movimentos feministas ressurgem levando para a arena pública temáticas há muito restritas ao espaço privado. Ao se apresentar também como importante para a direcionamento da sociedade nas relações políticas de gênero, a agenda feminista insere, no debate público, temas como a privatização da família, a divisão sexual do trabalho e a violência doméstica. Em especial, como um estudo de caso, este artigo analisa o jornal feminista *Mulherio*, que circulou entre os anos de 1981 e 1988, no Brasil.

Palavras-chave: Movimento feminista. *Mulherio*. Família. Mulheres. Dualidade público/privado.

1 Introdução¹

A crítica à dualidade público/privado pode ser considerada a base para a análise das questões vinculadas à discussão sobre gênero e democracia e das teorias feministas da política. Autoras como Okin (2008) e Pateman (2013) apresentam importantes discussões quanto ao caráter tolerante do liberalismo às desigualdades relacionais que fazem com que determinados grupos tornem-se mais vulneráveis que outros, entre eles, as mulheres. Tais desigualdades são aceitas na esfera privada, embora haja uma idealização de igualdade entre os sujeitos sociais. Afinal, ao lugar do afeto, da intimidade e do refúgio, não se deve aplicar as regras do mundo abstrato da política. Essas desigualdades relacionais, que têm como uma de suas principais expressões a divisão sexual do trabalho e o conceito do indivíduo como neutro e abstrato (mesmo que apresente todas as características e considerações voltadas para os homens), serão discutidas mais detidamente adiante neste artigo.

Para Pateman (2013), essa definição abstrata da igualdade, construída pelo liberalismo, mascara as relações desiguais de poder que seriam fundamentais para os direitos das mulheres. Assim, segundo a autora, esse modo de igualdade – que depende de desigualdades em outras esferas, como a doméstica – não corresponde ao conceito de democracia e de cidadania com o qual trabalha e defende.

É interessante perceber que essa relação desigual não se restringe a homens exercendo atividades externas à casa e mulheres vinculadas de maneira naturalizada aos afazeres domésticos (cozinhar, limpar a casa, passar roupas, cuidar das crianças, orientar os empregados domésticos etc.). Essa relação desigual, que parte da divisão sexual do trabalho, também se reflete na baixa valorização e remuneração das atividades desenvolvidas por mulheres ou a elas destinadas e na deslegitimação das mulheres como sujeitos de direitos e que, da mesma forma que os homens, devem exercer plenamente a cidadania. A divisão sexual do trabalho vincula-se diretamente à participação diferenciada de mulheres e homens na vida pública. Isso conduz a duas variáveis muito significativas, entre outros fatores: a atribuição de salários mais baixos para elas – mesmo que tenham, em média, maior nível de escolaridade do que eles – e a reduzida participação política das mulheres, visto que os homens têm menos impedimentos de se dedicar à

¹ Este artigo integra os estudos referentes à elaboração da tese de doutorado “Imprensa feminista, política e identidades no Brasil: uma análise com foco nas temáticas da família e do cuidado”, sob a orientação da Prof^a Dr^a Flávia Biroli, em andamento no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB). A autora e sua orientadora são pesquisadoras do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (DEMODÊ – www.demodê.unb.br). A autora é bolsista CAPES e participa deste evento com o apoio do Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP/UnB).

carreira política, além de receber mais apoio (inclusive financeiro) dentro dos próprios partidos (MIGUEL, 2000; MIGUEL; BIROLI, 2011).

Enquanto as mulheres se identificarem com esse trabalho “privado”, seu status público será sempre prejudicado. Esta conclusão não nega, como muitas vezes é alegado, o fato biológico natural de que as mulheres, e não os homens, dão à luz; o que a nega é a afirmação patriarcal de que este fato natural implica que apenas as mulheres possam cuidar das crianças. A participação igual na criação das crianças e em outras atividades da vida doméstica pressupõe algumas mudanças radicais na esfera pública, na organização da produção, no que se entende por “trabalho” e na prática da cidadania. (PATEMAN, 2013, p. 75-76).

Ainda de acordo com a autora, as relações de trabalho e a vida doméstica demonstrariam que a “escolha voluntária” é uma ficção; não sendo os indivíduos, de fato, iguais (PATEMAN, 1993). Nesse caso, a escolha por determinadas formas de vida orientada pela divisão sexual do trabalho, com convenções e práticas que a tornariam natural perante a sociedade. Dessa forma, o tempo livre das mulheres torna-se inexistente, o que lhes priva também de buscar outras oportunidades, outras escolhas, visto que seu cotidiano se restringe aos afazeres repetitivos e inacabáveis dos cuidados com a casa e seus moradores. As atividades de cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras, babás, faxineiras, passadeiras entre outras são o reflexo de como tais atividades associam-se naturalmente às mulheres e, portanto, não teriam grande valor produtivo, não seriam bem remunerados, não teriam prestígio social, visto que é da “natureza” delas executarem essas tarefas, não necessitando também de qualquer qualificação – ser mulher seria o suficiente. É importante ressaltar que há uma relação entre os arranjos familiares convencionais – regidos pela divisão sexual do trabalho, principalmente – e a dominação que constrange as mulheres, uma vez que entre os reflexos dessa relação estão as violências sofridas por elas e o baixo grau de autonomia em razão da vulnerabilidade que esses arranjos ocasionam.

Se as mulheres têm menos rendimentos ou menores condições de conseguir um emprego remunerado do que os homens, estarão potencialmente em condições de maior vulnerabilidade para negociar os termos em que as relações se estabelecem. Ao mesmo tempo, as injustiças na vida doméstica relacionam-se às desigualdades na esfera política. Sem a vocalização das experiências e interesses das mulheres, a construção de políticas favoráveis à igualdade de gênero fica comprometida; sem justiça na vida doméstica (e no mundo do trabalho), fica mais difícil o acesso das mulheres aos recursos necessários para a atuação e construção das carreiras políticas, entre eles o tempo livre, o apoio no cuidado dos filhos quando estão ausentes, as redes de contato e os recursos materiais necessários. (BIROLI, 2014, p. 67).

Quando Walby (1990) e Delphy (1980) chamam a atenção para a maneira culturalmente difundida de associar às mulheres as tarefas de menor valor produtivo, de caráter próximo às tarefas domésticas, não é apenas uma desvalorização de certas atividades em detrimento às demais; mas, sim, uma naturalização do não pertencimento das mulheres à esfera pública. Dessa maneira, a opressão sobre as mulheres se expande para as relações de trabalho, ao definir o valor laboral de acordo com mulheres e homens, e restringindo a entrada delas em determinados nichos e posições de maior salário e prestígio.

Dessa forma, não é possível desconsiderar o papel da família e de seu *modus operandi* nesse cenário de funções pré-estabelecidas e destinos traçados, ambos

determinados pelo sexo e pelas relações de gênero. A família, definida pelo contrato original, como destaca Pateman (1993), é marcada pelo poder patriarcal que coloca as mulheres como subordinadas aos homens, seja como pai, irmão ou marido. As sociedades se formam, portanto, tendo por base a configuração presente na família, numa imbricação da arena privada com a pública.

O entendimento de que a família e as formas assumidas pela vida afetiva e pela intimidade são produtos sociais – que podem variar no tempo, de acordo com o contexto, com o acesso a recursos materiais e práticas culturais (BIROLI, 2014) – indica que as escolhas de cada membro para si e/ou para as outras pessoas situa-se também nos moldes dos padrões sociais.

A presunção da família como algo natural e existente desde sempre, com as mesmas características (na contemporaneidade, heteronormativa e excludente, e protegida pelo Estado), naturaliza as atribuições dos integrantes, a partir da compreensão da “função social” que compete a cada um ou uma (às mulheres, caberia a maternidade e as atividades do cuidado; aos homens, a vida exterior à casa). Isso se reflete, consideravelmente, nas identidades de mulheres e homens – mesmo que as consequências mais danosas recaiam sobre elas, nas restrições de oportunidades e delimitações de capacidades, ou seja, há uma constante reafirmação das injustiças, por meio da subordinação das mulheres aos homens, por exemplo (BIROLI, 2014). É importante salientar que, quando são consideradas, conjuntamente, as categorias gênero, classe e raça, a discrepância com relação às oportunidades entre homens e mulheres ou entre as próprias mulheres é bem mais alarmante (HOOKS, 1984).

Desse modo, a divisão sexual do trabalho acaba por ser a base das identidades das mulheres, restritas às tarefas do cuidado, da maternidade, da intimidade. Nessa perspectiva, Tronto (2013) acredita que, caso não haja uma redefinição das relações do cuidado, a reprodução das desigualdades – inclusive as cidadanias diferenciadas – serão mantidas. Para a autora, a vinculação das mulheres aos serviços de cuidado reforça o caráter de exploração e distinção negativa nas relações de dependência no que se refere às pessoas que cuidam. O caminho, segundo seu ponto de vista, seria a socialização da vida doméstica, com o aporte estatal, a fim de garantir o cuidado fora da esfera privada a todos os tipos de vulneráveis – crianças, doentes, idosos e pessoas com necessidades especiais, por exemplo.

A defesa de que o Estado assuma as responsabilidades pelos serviços de cuidado vincula-se à ideia de se avançar nas garantias de privacidade e integridade individual, a fim de que as relações de cuidado ocorram sem que seja inerente optar pela não liberdade individual. Assim, os indivíduos que assumem a responsabilidade pelo cuidado de outrem ficam em desvantagem perante os demais, já que a esse tipo de atividades é atribuída baixa valorização, tanto financeira quanto de relevância produtiva, o que coloca essas pessoas em situação de grande vulnerabilidade e perda de autonomia. Pelos critérios da divisão sexual do trabalho, os indivíduos em questão, muitas vezes, são as mulheres.

Há enormes desvantagens quando se assume o papel de cuidar de alguém em sociedades nas quais se nega ao cuidado valor e relevância, ou mesmo a definição como trabalho. Pela divisão sexual do trabalho doméstico, as mulheres são responsabilizadas, prioritariamente, por cuidar das crianças, dos idosos e dos enfermos, o que significa que seu tempo será concentrado nessas atividades ou terá de ser dividido entre o trabalho remunerado, o cuidado e o trabalho doméstico. Quanto menor é a possibilidade de ter apoio de instituições públicas – creches e atendimento médico-hospitalar ou doméstico adequado, por exemplo – maiores são as chances de quem cuida ter dificuldades para prover materialmente as próprias necessidades e as dos que lhe são próximos.

Ficam reduzidos, também, tempo livre e oportunidades de autodesenvolvimento, estudo e profissionalização. (BIROLI, 2014, p. 69).

Também é imprescindível para a discussão aqui iniciada ressaltar que a construção da identidade das mulheres passa pela incorporação do princípio de autonomia (BIROLI, 2013). Esse princípio vincula-se à possibilidade de se fazer escolhas, de fato, voluntárias. Entretanto, para muitas mulheres, a condição socioeconômica na qual se encontram lhes priva desse direito.

Além disso,

[...] ainda que a autodeterminação seja tomada como um ideal sempre imperfeitamente realizado, essa imperfeição varia em grau e intensidade segundo a posição social dos indivíduos – que o sexo é uma variável importante na definição dessa posição. Mesmo quando o igual respeito à liberdade e à autonomia dos indivíduos é garantido pelas leis, há hierarquias significativas, que organizam a produção social das preferências e as possibilidades de ação, restringindo ou ampliando o horizonte em que se definem. É preciso compreender como e em que medida o sexo dos indivíduos impacta sua posição nessas hierarquias. (BIROLI, 2013, p. 27).

Assim, a partir da discussão apresentada acima, é objetivo deste artigo analisar as concepções de família presentes no jornal feminista *Mulherio*, que circulou de março/1981 a julho/1988, por todo o Brasil. Minha proposta parte da hipótese de que a divisão sexual do trabalho é, em grande medida, responsável pela restrição das mulheres à esfera privada e pelos consequentes impedimentos de inserção na esfera pública. Dessa maneira, a partir do jornal *Mulherio*, mais precisamente, no que se refere a (a) privatização da família, (b) divisão sexual do trabalho, (c) cuidado, e (d) violência doméstica, apresento e analiso o panorama brasileiro de três décadas passadas, mas que ainda é vivenciado por muitas mulheres, mesmo com importantes avanços – inclusive de caráter jurídico – ocorridos nos últimos anos.

Na próxima seção, apresento o contexto dos movimentos sociais brasileiros, das décadas de 1970 e 1980, no qual os movimentos feministas e o jornal *Mulherio* se inseriram. Na seção 3, discuto, à luz das considerações das teóricas políticas feministas, alguns trechos retirados do periódico, as críticas à noção convencional de família. Na seção 4, exponho minhas considerações finais, mesmo que ainda abertas a um longo processo de reflexão.

2 O contexto dos movimentos sociais brasileiros, os movimentos feministas e o *Mulherio*

Os anos 1970 foram marcados pelo início da reabertura política, após mais de uma década do governo dos militares. A população, a maior parte formada por trabalhadores que começava a se reorganizar novamente nos sindicatos, nas associações de bairro e nas comissões de políticas públicas, ainda se apresentava de maneira fragmentada e dispersa. Em comum, havia a parceria com a ala progressista da Igreja Católica, por meio das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A pluralidade dos movimentos, segundo Sader (2010), não indicava nenhuma compartimentação de camadas ou classes sociais diversificadas, visto que, muitas vezes, as mesmas pessoas circulavam de um movimento para outro. Essa multiplicidade poderia ser entendida mais como um indicativo de diferentes formas de expressão.

Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso mesmo também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência. (SADER, 2010, p. 199).

É interessante perceber que foi nesse contexto de afirmação de identidades de movimentos sociais que os movimentos feministas brasileiros ganharam novo fôlego, principalmente, a partir das influências de muitas mulheres que regressavam do exílio e que, por lá, tiveram contato com as novas ideias que estavam em discussão sobre o papel das mulheres na família e na sociedade (PINTO, 2007). Ainda sob o olhar inquisidor da ditadura militar, foi, nos anos 1970, que as primeiras manifestações do feminismo de segunda onda surgiram no Brasil. O contexto de lutas por liberdades individuais na Europa e nos Estados Unidos e a influência que o contato dos grupos de exilados, principalmente das exiladas, com essas novas ideias sobre a condição das mulheres na família e na sociedade de maneira mais ampla, foram fortes impulsionadores de novos debates e questionamentos. Para o regime militar, qualquer manifestação de feministas era vista com desconfiança, já que as entendia como política e moralmente perigosas. Alvarez (1990) destaca que o perfil e as reivindicações das mulheres da década de 1970 eram bem distintos dos daquelas que foram às ruas em São Paulo, em 1964, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação de mulheres das classes mais favorecidas em prol de valores e costumes tradicionais, que contribuiu para a retirada de João Goulart do poder. Anos mais tarde, as mulheres – não apenas as brasileiras, mas de todo o Cone Sul – reclamavam do elevado custo de vida, denunciavam o desaparecimento de familiares contrários aos regimes ditatoriais, discutiam os entraves aos direitos reprodutivos e lutavam por espaços e reconhecimento no mercado de trabalho.

Soares (1994, p. 12) coloca as mulheres dessa época – que chama de “novas atrizes” – como aquelas que transcenderam “seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como mulheres inteiras, múltiplas”, em detrimento do imaginário coletivo que as via como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas. As condições sociopolíticas brasileiras e as influências das sociedades estadunidenses e europeias contribuíram para mobilizar mulheres com trajetórias e questionamentos semelhantes aos das estrangeiras e, em sua maioria, vinculadas a partidos de esquerda, mobilizados em favor da redemocratização.

Os primeiros grupos feministas, criados nos anos 1970, tinham como compromisso a luta pela igualdade das mulheres, a anistia e a abertura democrática (SOARES, 1994). Pinto (2007) chama atenção para o fato de que esses grupos sentiam-se envergonhados por discutir sua posição na sociedade, seu corpo e seu prazer, como outras mulheres o faziam em várias partes do mundo, enquanto o país ainda vivia tempos difíceis no campo político. Naquela época, as pessoas acabavam por atuar em movimentos diferentes ao mesmo tempo, embora, dentro da militância de alguns deles, a defesa da agenda feminista fosse encarada como uma desvirtuação ou motivo para enfraquecimento da luta de esquerda (CARDOSO, 2004; PINTO, 2007; SADER, 2010).

Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais. Portanto, o feminismo, que no Brasil não era visto com bons olhos pelo regime militar ultradireitista, também não tinha guarida entre os militantes da extrema esquerda. [...] Talvez o grande problema encontrado

pelos homens fosse que ele estava politizando a vida dentro de casa... (PINTO, 2007, p. 53).

O ano de 1975 foi marcante e decisivo para as reivindicações dos movimentos feministas estarem na agenda da discussão pública. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o período de 1975 a 1985 como a Década da Mulher. O objetivo dessas ações era possibilitar uma discussão, em nível mundial, das questões que tinham as mulheres como protagonistas, por exemplo, saúde, direitos reprodutivos, cidadania, emancipação e violência. Assim, não foram fatos isolados que impulsionaram a retomada dos movimentos feministas, mas uma combinação de fatores – inclusive a própria retomada dos movimentos sociais com diferentes agendas –, que atuava como catalisadora dessa segunda fase (SARTI, 2004; PINTO, 2007; 2010).

O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota. [...] A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. (SARTI, 2004, p. 37).

Para muitas organizações brasileiras, este foi o momento de fortalecer a luta pelos direitos das mulheres e reforçar que as reivindicações da agenda feminista eram importantes, inclusive, para a construção de uma sociedade mais justa e democrática – apesar de o país ainda estar sob as amarras do regime militar, com a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979). De acordo com as considerações levantadas em seu livro sobre a história dos movimentos feministas no Brasil, Pinto (2007) destaca que, a partir da institucionalização do Ano Internacional da Mulher, a temática ganhou um novo *status*, principalmente diante de governos autoritários, presentes por toda América Latina, e de sociedades conservadoras que viam com desconfiança a causa feminista e os projetos considerados progressistas.

A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional possibilitava às mulheres, mesmo que ainda de maneira excludente, mais oportunidades. Além disso, o processo de modernização e a efervescência cultural a partir de 1968, com a difusão de novos comportamentos afetivos e sexuais – devido à expansão da comercialização de métodos contraceptivos como as pílulas – e o acesso a recursos de terapias psicológicas e à psicanálise, constituíram um ambiente propício para novas experiências cotidianas, que entraram em conflito com o padrão tradicional dos valores da família brasileira até então (SARTI, 2004).

Os movimentos feministas brasileiros representaram parcela significativa das mobilizações em favor da volta à democracia no país. Como ressalta Soares (1994; 1998), durante os mais de 20 anos de ditadura militar no Brasil, as mulheres estiveram à frente de movimentos populares de oposição, criaram formas próprias de organização, lutaram por direitos sociais, justiça econômica e democratização.

Neste ponto, é importante esclarecer que, durante as décadas de 1970 e 1980, houve um crescimento considerável tanto dos movimentos de mulheres quanto dos movimentos feministas, em um contexto de efervescência dos movimentos sociais de maneira mais ampla – fato, inclusive, que foi apresentado pelo *Mulherio*, com grande entusiasmo, em diversas edições, a partir da divulgação de listas com contatos dos grupos espalhados por todo o país. A partir de um levantamento feito por mim, foi observada a

presença de mais de 140 grupos feministas ou de mulheres, em cada uma das duas primeiras fases, entre cartas, citações em listas de contatos ou redação de reportagens e entrevistas. Já nos dois jornais da terceira fase, foi possível observar a presença de três grupos. Entretanto, o jornal não tematizava as diferenças entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas, ficando apenas nas denominações distintas.

Sarti (2004) e Pinto (2007) ressaltam que essa distinção não é meramente de terminologia, mas de atuação e agenda, mesmo que haja, em alguns momentos, certa convergência. Desde as primeiras mobilizações, anteriores aos anos 1970, havia a presença de movimentos de mulheres entre as classes médias e populares, que permaneceram atuantes paralelamente ao desenvolvimento do feminismo. Tendo como alguns exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães e o movimento pela anistia, Pinto (2007, p. 43) define-os como “movimentos organizados não para por em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona de casa, esposa e mãe, intervir no mundo público”.

Em contrapartida, Sarti (2004, p. 39) apresenta o movimento de mulheres como o início do feminismo nas camadas médias, que expande por meio de “uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses”, envolvendo uma delicada relação com a Igreja Católica, principalmente com a ala mais progressista, ligada à Teologia da Libertação, e importante foco de oposição ao regime militar. Dessa maneira, o tom que predominou foi de alianças: de um lado, o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, do outro, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, que, naquele momento, tinham como objetivo comum derrubar o regime vigente. Essa parceria, inevitavelmente, também produzia conflitos: o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram na esfera das discussões privadas, feitas em pequenos grupos de reflexão, sem ressonância pública (SARTI, 2004)

É importante destacar também o vínculo que Sarti (2004, p. 39) faz entre o reconhecimento oficial pela ONU da questão das mulheres como um problema social e o favorecimento da criação de uma “fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente”. Entre os exemplos que a autora cita, estão o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* e o *Movimento Feminino pela Anistia*. O *Movimento Feminino pela Anistia* foi fundado pela assistente social, advogada e ativista dos direitos humanos Therezinha Zerbini, esposa do general Euryale de Jesus Zerbini, que sofreu repressão com o golpe de 1964. O objetivo do movimento, inicialmente, era reunir familiares de pessoas desaparecidas, exiladas ou presas, e foi muito importante para a campanha em prol da anistia. Entretanto, Pinto (2007, p. 63-64) salienta que, em 1977, houve um afastamento, de certo modo “estratégico”, do grupo liderado por Therezinha Zerbini das organizações feministas, já que a causa feminista era mal vista no Brasil “pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista”; e o movimento pela anistia necessitava ganhar força e adeptos em todas as frentes.

O *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* foram os primeiros jornais feministas, com sede no Brasil, escritos por mulheres e tendo como público principal as mulheres, sendo inseridos nas manifestações do feminismo de segunda onda (CARDOSO, 2004; PINTO, 2007). Leite (2003, p. 234) resalta que ambas as publicações se destacaram pelo “compromisso com uma nova linguagem e com a difusão de reivindicações e propostas diretamente relacionadas com a condição das mulheres”. Essa nova linguagem deve-se ao fato de que os jornais feministas buscava falar às mulheres, não pelas mulheres. Eram inovadores também no sentido questionar, de levar à discussão questões consideradas

anteriormente como restritas ao âmbito doméstico, sem influência, portanto, nos debates políticos.

É nessa efervescência de debate sobre as questões das mulheres que ganham fôlego e circulam, na década de 1970, entre os cerca de 150 periódicos alternativos, 75 jornais voltados para a agenda feminista, em seus diferentes nichos, como socialistas, lésbicas e sindicalistas (CARDOSO, 2004). A imprensa feminista inseria-se nesse montante junto a publicações voltadas para ecologia, humor, prazer, política e economia. Contudo, são os periódicos sobre gênero que tiveram continuidade durante as décadas de 1980, 1990 e nos dias atuais, enquanto a imprensa alternativa como um todo perdeu força.

No período pós-1975, o primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres foi o *Brasil Mulher*, publicado pela Sociedade Brasil Mulher (foram 16 edições regulares e mais quatro denominadas “extras”), de 1975 a 1980. O segundo, *Nós Mulheres*, publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições, que circularam de 1976 a 1978. O fato de estarem vinculados a uma associação já mostra que esses jornais eram instrumentos de divulgação de coletivos de mulheres organizadas e, como tal, davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial, na época sob forte censura política, refletindo o pensamento político da militância feminista. As feministas militantes do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* eram majoritariamente oriundas da esquerda, muitas das quais com passagem pela experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e/ou do exílio. (LEITE, 2003, p. 235).

Buitoni (1986) destaca que esses jornais deram cobertura a assuntos que, até então, eram desprezados pela grande imprensa: periferia, sindicatos, creche, direitos trabalhistas da mulher, custo de vida. Considero importante destacar que foram embates internos aos grupos, além dos poucos recursos financeiros, que fizeram com que os movimentos e, conseqüentemente, os jornais tivessem vida tão curta (LEITE, 2003; CARDOSO, 2004). Para Buitoni (1986, p. 55), havia também outro problema: “[...] embora a maioria se detivesse nos problemas das classes mais pobres, o discurso intelectualizante atrapalhava a compreensão para certas pessoas; para outras, o tom didático e, às vezes, simplório não despertava interesse”.

2.1 O jornal *Mulherio*

Em março de 1981, surgiu o jornal *Mulherio*, publicado por um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, considerado um herdeiro do espaço deixado pelo *Brasil Mulher* e pelo *Nós Mulheres*, tanto pela agenda quanto pela maneira de fazer a comunicação entre os vários movimentos feministas espalhados pelo país (CARDOSO, 2004; SARTI, 2004; PINTO, 2007; ALVES; PITANGUY, 2011). A formação do Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas é um exemplo da efervescência do feminismo acadêmico, que surgiu nos anos 1980, e ganhou espaço e importância por meio de pesquisas nas áreas de ciências humanas e educação, realizadas em grandes universidades brasileiras, inclusive, por meio da criação de Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher (PINTO, 2007).

Mulherio inseriu-se em um contexto bastante propício para a difusão de sua proposta de expandir o debate sobre a situação das mulheres no Brasil, seja quanto a sua entrada no mercado de trabalho – na maioria das vezes, sofrendo preconceitos e discriminação –, seja dentro do próprio espaço da família. Sobre esse período, Sarti (2004) destaca as seguintes especificidades: tendência à especialização do movimento feminista; desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre mulheres e no mercado editorial; criação dos conselhos da condição feminina e de delegacias próprias com foco

na violência contra mulheres; reconhecimento governamental de que a saúde das mulheres requeria atenção especializada; e extinção da tutela masculina na sociedade conjugal (Constituição de 1988).

A trajetória do jornal dividiu-se em três fases. Na primeira, de março-abril/1981 a setembro-outubro/1983, foram publicados 16 números, com periodicidade bimestral. A responsável pelo projeto era a pesquisadora Fúlvia Rosemberg e a editora, a jornalista Adélia Borges. Entre os objetivos dessa fase, além do papel de intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados para o estudo da condição feminina no Brasil, estavam ser um canal de troca de experiências e de apresentação de resultados de pesquisas a fim de orientar os trabalhos dos diversos núcleos organizados de mulheres que surgiam no país à época; e ser um veículo que abordasse, de modo sistemático, aprofundado e abrangente, todos os problemas que afetavam as mulheres brasileiras (BORGES, 1981). Outra característica importante do jornal era que se apresentava aberto a todas as vertentes dos movimentos feministas e ao debate de todos os temas que afetavam as mulheres.

Os textos dessa fase apresentavam discussões ressaltando o caráter político de sua agenda, como lutas contra a discriminação das mulheres nas empresas e a violência contra as mulheres. É interessante destacar que a mobilização dos movimentos que reivindicavam punição judicial para os maridos e companheiros que agrediam e assassinavam as mulheres – que ganhou destaque em várias edições do *Mulherio* – foi muito importante para essa mudança de entendimento social.

A segunda fase do jornal contemplou o período de maio-junho/1984 a abril-maio/1988. Como o jornal figurava-se entre os projetos da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, com tempo limitado para sua execução, findado o apoio financeiro institucional, a publicação interrompeu sua circulação (setembro-outubro/1983). Após uma ausência de sete meses, o *Mulherio* voltou a ser editado, mantendo a periodicidade bimestral, fato raro na imprensa alternativa e destacado no editorial do número 16 – o primeiro após o retorno. Nessa fase, foram publicados 24 números, com a proposta de ser o “ponto de informação, reflexão e debate sobre a mulher brasileira, lido por homens e mulheres” e se colocando como “um contraponto aos outros órgãos de imprensa, que, em geral, tratam a mulher de um modo esquizofrênico” (BORGES, 1984, p. 2). Outro destaque importante do texto de abertura dessa fase é que a publicação se apresentava como o veículo que falaria sobre as mulheres reais, mulheres em transformação, em movimento, não se colocando, novamente, como o porta-voz de nenhuma tendência dos movimentos políticos ou dos movimentos feministas. Com autonomia garantida, a fim de tratar com abertura e sem dogmatismo sobre os vários temas de sua agenda.

Mesmo não perdendo sua perspectiva de luta feminista e mantendo em sua agenda temas como a divisão sexual do trabalho doméstico, o divórcio, a licença-maternidade, a dupla jornada das mulheres e o aborto, assuntos relacionados à cultura – música, arte, cinema e literatura – ganharam mais espaço do que na fase anterior. Entendo essa alteração na escolha dos temas a serem abordados como uma preparação para a reformulação editorial que seria implementada na terceira fase, a partir de junho 1988.

Em junho e julho de 1988, o *Mulherio* passa a circular com o nome *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura*, mudança que também altera a agenda da publicação, adquirindo caráter mais cultural do que político. Sem contar mais com o apoio financeiro da Fundação Ford, o jornal passa a ser uma “revista de arte e de ideias” (CASTILHO, 1988, p. 2), editada por dois homens – o poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz. A jornalista Inês Castilho, integrante desde a primeira fase, continuou na equipe. O editorial do primeiro número diz que as mudanças sociais proporcionaram essa mudança na linha editorial do jornal: “Refletindo essas transformações vividas pelo feminismo em

todo o mundo e largamente discutidas, *Mulherio* dá lugar a *Nexo*, mantendo sua identidade e religando-se ao universo mais amplo para responder à necessidade de um espaço plural de reflexão e criação no deserto brasileiro (CASTILHO, 1988, p. 2).

Essa alteração tão profunda da agenda do jornal pode ser vinculada, em alguma medida, à perda de fôlego e de entusiasmo das lideranças e das demais militantes, como foi bem ressaltado na abertura do primeiro número da fase 2. Soares (1994), Sarti (2004) e Pinto (2007), frisam que há uma transformação do feminismo, como de outros movimentos, ao se especializarem na produção de conhecimentos, no desenvolvimento de serviços – mais do que ações diretas –, chegando, enfim, a se apresentar com nova roupagem. A mobilização das mulheres ocorre, em sua maioria, por meio de organizações não-governamentais (ONGs), “tanto na ponta da lança da defesa dos interesses das mulheres no campo da política como na articulação de redes nacionais de mulheres” (PINTO, 2007, p. 93). Essa movimentação tem seus primeiros registros no final da década de 1980 e início dos anos 1990.

3 Mulherio e a crítica à noção convencional de família

Em 1963, a psicóloga e escritora estadunidense Betty Friedan publicou o livro *The feminine mystique* (*A mística feminina*), que chegou ao Brasil no início dos anos 1970. Na obra, Friedan faz uma crítica à maneira de viver das mulheres americanas, envoltas pelas maravilhas prometidas pela emergência da sociedade de consumo, principalmente pelas facilidades dos eletrodomésticos. O “problema sem nome”, como a autora denomina a insatisfação das mulheres de classe média, que se sentiam entediadas com a vida doméstica, na função de esposas e mães, foi o mote do livro que fez com que muitas se questionassem quanto ao conceito de ser uma “mulher verdadeiramente feminina”.

Bell Hooks (1984) frisa que essa insatisfação era próprio das mulheres de classe média e brancas, já que para as negras a realidade era bem distinta.

Problemas e dilemas específicos de donas de casa brancas da classe privilegiada eram preocupações reais, que mereciam atenção e transformação, mas não eram preocupações políticas urgentes das massas de mulheres, que estavam preocupadas com a sobrevivência econômica, a discriminação étnica e racial etc. Quando Friedan escreveu *A mística feminina*, mais de um terço de todas as mulheres estava na força de trabalho. Embora muitas desejassem ser donas de casa, apenas as que tinham tempo livre e dinheiro realmente podiam moldar suas identidades segundo o modelo da mística feminina. Eram mulheres que, nas palavras de Friedan, “ouviram dos mais avançados pensadores de nosso tempo que deveriam voltar atrás e viver sua vida como se fossem Noras, limitadas à casa de bonecas pelos preconceitos vitorianos”. (HOOKS, 1984, p. 2).

Além disso, Alves e Pitanguy (2011) ressaltam que, a partir da década de 1960, a mística de um “eterno feminino”, ou seja, a crença na inferioridade “natural” da mulher, baseada em fatores biológicos, torna-se alvo de denúncia e crítica dos movimentos feministas, que reivindicavam igualdade no exercício de direitos políticos, civis e trabalhistas e questionavam as raízes culturais dessas desigualdades. Essas novas formas de perceber as mulheres na sociedade também se vinculam às ideias de Simone de Beauvoir, publicadas no livro *Le deuxième sexe* (*O segundo sexo*), em 1949. A filósofa francesa discordava veementemente da condição subordinada das mulheres e seu vínculo “natural” à esfera doméstica, à família e ao cuidado.

É justamente essa relação de submissão das mulheres aos homens que Pateman (1993) critica em *O contrato sexual*, sendo a primeira edição em 1988, com o título *The*

sexual contract. Partindo do conceito liberal do indivíduo abstrato, a autora questiona sua neutralidade, visto que considera o “indivíduo” como uma categoria patriarcal, um ser masculino, e que se utiliza desta posição para subjugar as mulheres, tendo como premissa o contrato original.

Acredito que seja interessante deter-me um pouco mais neste ponto. Pateman, ao longo de seu livro, desconstrói os conceitos de neutralidade próprios do liberalismo, como defendido por teóricos clássicos como Locke e Rousseau e. Para a defesa de sua tese, a autora apresenta argumentos que, retirados das obras dos liberais do século XVII e XVIII, deixam nítida a diferenciação que se fazia dos papéis e espaços de homens e mulheres nas sociedades. É importante que seja dito que o ambiente doméstico, por mais que não fosse considerado como o espaço para entendimentos políticos, era a base para a compreensão dos arranjos das relações de poder que se engendravam nos espaços públicos. A negação da voz às mulheres, sua condição “natural” de vínculo com a casa e de cuidado com a crianças as faziam distantes, extirpadas de qualquer manifestação pública, e, portanto, política. Outra consideração significativa refere-se ao fato de as mulheres casadas não terem a propriedade de seu próprio corpo, já que a utilização dele para a satisfação sexual do marido era cláusula máster do contrato de casamento. Essa questão ainda hoje persiste, por exemplo, nos casos de estupro dentro do casamento e maternidade compulsória.

Para Pateman, a peça-chave do paradoxo da igualdade defendida pelo liberalismo está no contrato de casamento:

O casamento é chamado de contrato, mas as feministas argumentam que uma instituição em que uma parte, o marido, exercia o poder de um senhor de escravos sobre sua mulher, mantendo até os anos 80 resquícios desse poder, está bem longe de ser uma relação contratual. [...] Se o casamento fosse um contrato propriamente dito, as mulheres teriam que ser inseridas na vida civil exatamente nas mesmas bases que seus maridos. (PATEMAN, 1993, p. 231-232).

A autora destaca ainda que, se as mulheres não são consideradas indivíduos para atuação na vida civil², como podem, então, ser uma das partes para o contrato de casamento?

Entretanto, Fraser (2013) em uma crítica às reflexões de Pateman (1993), ressalta que, se o casamento ainda se assemelha a uma relação entre senhor e serva, isso se deve mais à inserção social quanto a mercados de trabalho segmentados por sexo, políticas de previdência social estruturadas por gênero e divisão sexual do trabalho não remunerado. “Essas limitações estruturais certamente ajudam a explicar por que as mulheres às vezes suportam essas formas diretas de sujeição, como agressões e estupro dentro do casamento, quando não por que os homens se envolvem nesses comportamentos” (FRASER, 2013, p. 255). Para Fraser, a questão central não se limita a novas formas de patriarcado, mas a relações de poder que não atendem mais a padrões enfocados por Pateman. A autora vai além e salienta que as desigualdades acumulativas que recaem sobre as mulheres, como

² Pateman (1993, p. 152) reproduz trechos da obra de Rousseau, além de outros autores clássicos liberais, que enfatizam a “incapacidade civil das mulheres”. A seguir, transcrevo um excerto que considero bastante expressivo sobre essa posição: “Rousseau enfatiza que as mulheres são incapazes de pensar de maneira adequada (e, de qualquer modo, deve-se impedir que elas o façam). Princípios abstratos e verdades especulativas estão reservadas aos homens. As mulheres devem estudar as mentes dos homens aos quais estão submetidas, para que saibam como se comunicar com seus senhores. Rousseau desprezava as mulheres cultas; ‘uma esposa brilhante é uma praga para seu marido, seus filhos, amigos, criados, todo mundo. [...] fora de sua casa ela sempre é ridicularizada [...] essas mulheres muito talentosas somente impressionam os tolos’”.

a dupla jornada e a diferença salarial, as colocam em posição desfavorável perante a busca por espaços de exercício de cidadania e afirmação como sujeito de direitos.

O vínculo “natural” das mulheres com a maternidade, muitas vezes associado à divisão sexual do trabalho não remunerado, foi um dos temas mais debatidos nas edições do jornal *Mulherio*. Na edição de maio-junho/1981, foi publicado o artigo de Carmen Barroso “Mãe: paraíso perdido ou reencontrado?”, no qual se questionava a maternidade compulsória como destino inexorável de todas as mulheres. O texto também chama a atenção para o fato de que as mulheres assumem uma carga emocional muito expressiva ao se culparem por tudo que não conseguem fazer pelos filhos, ao mesmo tempo em que precisam assumir a responsabilidade do sustento material deles. Barroso apresenta dados de pesquisas que destacam o aumento, desde 1950, do número de famílias chefiadas por mulheres, principalmente nos estratos mais pobres da população.

Esse posicionamento apresentado pelo jornal pode ser considerado como expressão das discussões que circundavam as mulheres nas décadas de 1970 e 1980. É interessante ressaltar que a crítica se direciona ao vínculo exclusivo delas ao ambiente doméstico, à relação de cuidado, ao trabalho doméstico não remunerado, já que fazia com que se exaltasse a figura masculina como a do sujeito que deixava o lar para exercer a atividade laboral remunerada, visto que o sustento da família era função de seu chefe. Todavia, não se trata unicamente de uma questão de dependência financeira. Como vários movimentos feministas destacaram em suas agendas de reivindicações, a “superioridade masculina”, muitas vezes, também estava associada a agressões físicas e psicológicas às mulheres, que se sentiam acuadas e sem possibilidade de se libertar dessas situações de violência. Com o quadro de desigualdades no mercado de trabalho reservando às mulheres ocupações menos valorizadas, os incentivos para deixar relações desse tipo eram cada vez menores.

O artigo “Pequenos e grandes assassinatos”, de Carmen da Silva, publicado na edição de julho-agosto/1981, destaca que os casos de mortes violentas de mulheres publicadas nas páginas dos jornais de grande circulação não são uma ruptura da ordem social. Pelo contrário, “são apenas a etapa final de uma violência que começa no ‘isso não é coisa de mulher’, no ‘zelo pelo que é meu’ ou no ‘como é, papou? Faturou o material?’” (SILVA, 1981, p. 12-13). O texto frisa que o trabalho, a mobilidade, o ir-e-vir não podem ser vistos como concessões de maridos bonzinhos, mas são direitos constitucionais que não devem ser ignorados.

Esses são alguns dos fatos que impulsionaram as advogadas Sílvia Pimentel e Florisa Verucci a propor modificações no Código Civil, com alterações e supressões de alguns artigos. Na matéria “Código Civil – E a democracia doméstica, como vai?”, publicada na edição de setembro-outubro/1981, Pimentel salienta que não é possível falar em democracia para a sociedade em geral se ela não existe em casa, onde se formam as pessoas. A proposta tinha como objetivo apresentar que seria possível haver uma organização familiar sem a necessidade de uma chefia centrada na figura do homem, além, é claro, de servir de foco de reflexão e de mobilização das mulheres em torno de seus direitos, como a extinção do sequestro temporário de parte dos rendimentos particulares quando fosse considerado que “abandonaram a habitação conjugal sem justo motivo” e a responsabilidade compartilha pelos filhos, modificando o entendimento de que o pátrio poder se restringia à figura do pai. Como Nichnig (2013) apresenta, muitas das alterações proposta nesse projeto apenas foram incluídas no Código Civil Brasileiro, duas décadas depois, durante a reforma de 2002.

A falta de um horizonte de possibilidades faz com que muitas mulheres se submetam a situações degradantes, pelo medo de não conseguir manter a si e a seus filhos, ficando ainda mais vulneráveis (PATEMAN, 1993). O quadro se agrava profundamente

quando padrões de desigualdades se reproduzem cotidianamente na sociedade, como salienta Biroli (2014):

A falta de alternativas leva em muitos casos à manutenção desses relacionamentos e mesmo à recusa a denunciar a agressão sofrida. A explicação para as preferências e interesses assumidos pelos indivíduos está, portanto, nas estruturas sociais que definem possibilidades, vantagens e desvantagens. As mudanças nas relações de gênero, incluídas as relações na família, ampliaram a liberdade das mulheres para trabalhar fora de casa e romper relacionamentos considerados insatisfatórios ou opressivos. Mas se padrões desiguais de gênero permanecem na esfera pública, sobretudo no mundo do trabalho, com oportunidades mais reduzidas e salários menores para as mulheres, a possibilidade de não se tornar dependente de um companheiro – e mesmo de não fazer a opção pelo casamento – fica reduzida. (BIROLI, 2014, p. 17).

Para finalizar esta discussão, creio que seja oportuno trazer também um exemplo do cuidado com as crianças, que se vincula à divisão sexual do trabalho, à dupla jornada das mulheres, à privatização da família e ao ideal de maternidade. A temática “creche” foi a principal da edição de novembro/dezembro de 1981. Das 23 páginas deste número, oito foram dedicadas a esse assunto. Destacam-se as páginas 14 e 15, nas quais foram publicados depoimentos de mães e pais quanto ao cuidado com os filhos. É interessante que os pontos mais centrais das falas das mulheres foram a imagem da mãe tradicional, o sentimento de culpa, a dificuldade na divisão de trabalho com o marido, o casamento e a separação, as diferenças entre classes sociais e a relação entre escola e família. Já entre os homens – que tiveram a imagem de “pai participante” exaltada – foram abordados temas como ser capaz de limpar as fezes das crianças, dar mamadeira, ir às reuniões da escola, levar ao médico e sentar no chão e brincar. O que chama mais atenção é o fato de que, nos depoimentos das mulheres, o cuidado com os filhos aparecia como uma função nata: “Já que é a mulher quem deve cuidar, ela também sente muita dificuldade em delegar o cuidado da criança ao marido”, conta Evelise Fernandes Prado, 29 anos, arquiteta, casada, mãe de um filho. Em contrapartida, o depoimento de Antônio Carlos Godói, idade não informada, psiquiatra, casado, pai de duas meninas, é bastante interessante para pensar como há uma barreira na socialização quanto ao cuidado dispensado pelos homens às crianças:

[...] a gente está acostumado com um modelo do pai lendo jornal, enquanto a mulher se ocupa das crianças. E mesmo sabendo das coisas não é fácil mudar. A cabeça da gente anda mais depressa do que o emocional. Mas também a interferência da mulher atrapalha. Você está transando com [cuidando de] a criança e é lógico que você não tem prática. Então, de repente, tem horas em que a mulher atravessa no meio e não te deixa fazer as coisas do teu modo.

Tronto (2013) afirma que é necessário refletir sobre as dimensões de gênero advindas do cuidado que são impostas às mulheres, uma vez que esse direcionamento faz com que haja uma desigualdade dentro desse cenário de dependência cotidiana – com crianças, com idosos ou com outras pessoas que temporária ou permanentemente demandem cuidado. O valor que o mercado atribui às atividades do cuidado reforça seu caráter desprestigiado, ao mesmo tempo em que menospreza quem o executa. Sorj completa o entendimento quanto a essa reflexão sobre o cuidado:

A divisão sexual do trabalho doméstico é tão desfavorável às mulheres que muitas análises consideram que a categoria gênero é suficiente para dar conta

da organização do trabalho doméstico. Todavia, quando se introduz na análise a dimensão renda, emergem distinções importantes intra e entre gêneros, sugerindo que o trabalho doméstico comporta experiências sociais diversificadas. (SORJ, 2013, p. 484).

Sorj levanta o ponto que Lélia Gonzalez aborda mais detidamente, nas edições de setembro/outubro de 1981 e maio/junho de 1982: a discriminação das mulheres negras no mercado de trabalho. A antropóloga afirma que a exploração e a discriminação que essa parcela da população sofre não se distancia muito dos tempos da escravidão. Às mulheres negras são direcionadas a ocupações com baixo valor de remuneração e, conseqüentemente, nas quais possa ficar “ocultada, invisível”, como cozinheira, arrumadeira ou faxineira. Os postos de secretária, recepcionista de grandes empresas, balconista de boutique elegante, comissária de bordo são para as mulheres brancas:

Como [“o público exigente/racista”] considera que a negra é incapaz, inferior, não pode aceitar que ela exerça profissões “mais elevadas”, “mais dignas” (ou seja, profissões para as quais as mulheres brancas são capazes). E estamos falando de profissões consideradas “femininas” por esse mesmo “público” (o que também revela seu machismo). (GONZALEZ, 1982, p. 9).

Por mais que *Mulherio* tenha abordado questões relativas às mulheres negras (e a outros grupos de mulheres como as trabalhadoras rurais), o espaço reservado para essas discussões ficou bem aquém daquele disponibilizado para o feminismo feito por e direcionado para as mulheres brancas, intelectualizadas e de classe média. Sem dúvida, não se pode pensar na opressão das mulheres colocando todas em um grupo homogêneo. O peso da opressão deixa marcas bem maiores se, ao gênero, são acrescentadas as categorias de raça e classe.

4 Considerações finais

Desde a institucionalização do Ano Internacional da Mulher, quase 40 anos se passaram. A vida de muitas mulheres teve modificações bastante significativas. Para outras, ainda há muito preconceito, humilhação e dor. Muitas conquistas foram alcançadas: criminalização da violência contra as mulheres, ampliação do espaço no mercado de trabalho, condenação dos testes de gravidez e atestados de esterilização como requisito para contratações, lei do divórcio, entre outras. Para sua efetivação, os movimentos feministas precisaram lutar muito em busca do reconhecimento de sua agenda e do respeito aos direitos das mulheres.

No momento de maior efervescência dos movimentos sociais no Brasil, os movimentos feministas e os jornais publicados por grupos feministas tiveram um papel fundamental na disseminação de informações e na conquista de novas adeptas e adeptos para as causas. Por exemplo, a campanha encabeçada pelo *Mulherio* e pelos movimentos feministas contra os assassinatos de mulheres serem considerados “defesa da honra”, com criminosos sendo inocentados nos tribunais, foi essencial para a mudança dessa perspectiva.

Como Nichnig (2013) destaca em seu livro *Mulher, mulheres, mulherio* que as modificações nas leis brasileiras são um passo importante para novos tempos. Entretanto nada significam se, atreladas a elas, não existirem mudanças profundas na sociedade, no reconhecimento da outra pessoa como cidadã de direito e sujeito de sua vida. Essas mudanças começam em casa, no entendimento do papel de cada um, de cada uma na construção do cotidiano, no compartilhamento de tarefas, na politização do privado.

Referências

ALVAREZ, Sonia. **Engendering democracy in Brazil: women's movement in transition politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. 8.ed. 2.reimp. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BARROSO, Carmen. Mãe: paraíso perdido ou reencontrado? **Mulherio**, São Paulo, maio/jun. 1981, p. 8.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4.ed. Trad: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdade de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Horizonte; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2013.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2014.

BORGES, Adélia. Nossa pauta. **Mulherio**, São Paulo, mar./abr. 1981, ano I, n. 0, p. 1.

BORGES, Adélia. Vamos que vamos! Ou: voltamos que voltamos. **Mulherio**, São Paulo, ano IV, n. 16, maio/jun. 1984, p. 2.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, set./dez. 2004, v. 12, número especial, p. 37-55.

CASTILHO, Inês. Editorial. **Nexo**, São Paulo, jun. 1988, ano I, n.1, p. 2.

CÓDIGO Civil – E a democracia, como vai? **Mulherio**, São Paulo, set./out. 1981, ano I, n.3, p. 7.

CRECHE – Mães: difícil é lidar com a culpa. **Mulherio**, São Paulo, nov./dez. 1981, ano I, n. 4, p. 14.

CRECHE – Pais: o privilégio de trocar fraldas. **Mulherio**, São Paulo, nov./dez. 1981, ano I, n.4, p. 15.

DELPHY, Christine. **The main enemy**. 1980. Disponível em: <<https://libcom.org/files/delphymainenemy.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

FRASER, Nancy. Para além do modelo senhor/serva: sobre *O contrato sexual*, de Carole Pateman. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 251-263.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GONZALEZ, Lélia. Pesquisa – Mulher Negra. **Mulherio**, São Paulo, set./out. 1981, ano I, n.3, p.8-9.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica? **Mulherio**, São Paulo, maio/jun. 1982, ano II, n.7, p.9.

HOOKS, Bell. Black women: shapping feminist theory. In: HOOKS, Bell. **Feminist theory: from margin to center**. Boston and Brooklyn: South End Press, 1984. Cap. 1, p. 1-17.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres*: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, jan-jun. 2003, v. 11, n. 1, p. 234-241.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000, p. 91-102. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4149.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópico convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NICHNIG, Claudia. **Mulher, mulheres, mulherio**: discursos, resistência reivindicações por direitos. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 1.ed. 5.reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, ago. 2004, v.12, n.2, p.35-50.

SILVA, Carmen da. Pequenos e grandes assassinatos. **Mulherio**, São Paulo, jul./ago. 1981, ano I, n. 2, p. 12-13.

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, número especial, out. 1994.

SORJ, Bila. Arenas do cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v.43, n.149, p. 478-491, maio/ago. 2013.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 16, p. 305-332, maio/ago. 2008.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Horizonte, 2013. p.55-79.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. 1.ed. 1.reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

PINTO, Céli Regima Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia Política**, jun. 2010, v. 18, n. 36, p. 15-23.

TRONTO, Joan. **Caring democracy**: markets, equality, and justice. New York: New York University Press, 2013. Cap. 4 e 5, p.95-136.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990. Cap. 8, p.173-201.